

16. Aprovação do Regulamento do Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética

Submete-se, à consideração da Câmara Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal de Braga, o Regulamento do Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação, verificados que estão todos os pressupostos da sua fase preparatória, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

Assunto: Aprovação do Projeto de Regulamento do Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética**PROPOSTA:**

Tendo terminado o período de publicitação do início do procedimento e participação procedimental do Regulamento do Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética, efetuado nos termos do estatuído no artigo 98.º do CPA, publicitado pelo Aviso n.º 62/2023, no dia 14/09/2023, no sítio do Município de Braga, na Internet, não foram efetuados quaisquer contributos, nem houve constituição de interessados.

Efetuada uma análise estritamente jurídica do projeto de Regulamento do Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética, submetido a esta UO pela Ex.mo Sr. Vereador, Dr. João Rodrigues, que contou com os contributos da BragaHabit e, entendendo-se que a natureza da matéria regulada não afeta de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, afigura-se que, nos termos do disposto nos artigos 100.º e 101.º do CPA, caso assim se entenda, pode ser dispensada a consulta pública.

Assim, em caso de concordância, o projeto de Regulamento do Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética, em anexo, poderá ser remetido ao Ex.mo Sr. Presidente da Câmara, para efeitos de remessa ao Executivo Municipal, para que seja proposto à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do mesmo diploma legal.

Nestes termos,

Deverá o processo ser remetido à **Unidade Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos (UAAOA)** para os **procedimentos necessários à submissão a reunião do Executivo Municipal** (Ordem de Trabalhos).

A Jurista, gestora do procedimento,

Anexos:

1. **Projeto de Regulamento do Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética.**

Assunto: Aprovação do Regulamento do Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética

A pobreza energética ganhou espaço na agenda política europeia e nacional especialmente no atual contexto de Guerra na Ucrânia que acentuou a crise energética.

Em Portugal, a pobreza energética afetará entre 1,8 milhões e 3 milhões de pessoas, consoante o critério seja o da avaliação dos agregados familiares que não têm condições para manter a casa adequadamente aquecida ou se o peso da fatura energética nos rendimentos é demasiado grande (representa +10% do total de rendimentos). Os estudos disponíveis, apontam que as situações de pobreza energética severa representarão cerca de 660 a 680 mil pessoas no nosso país.

A consciencialização desta problemática foi considerada prioritária pelas várias instituições da UE, tendo a Comissão Europeia, no âmbito do pacote Energia Limpa Para Todos os Europeus, incluindo em várias iniciativas legislativas referências à necessidade dos Estados-membros adotarem medidas de combate à pobreza energética.

Portugal, por seu lado, estabeleceu no seu Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2021-2030) o combate à pobreza energética como uma prioridade e, neste âmbito, apresentou a Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética 2022-2050 – um documento que esteve em consulta pública até 3 de Março de 2023.

Esta Estratégia Nacional propõe reduzir substancialmente, até 2050 e de forma faseada, a população sem capacidade de manter a casa adequadamente aquecida, a população com despesas de energia avultadas, a população com problemas de infiltrações e humidade, e ainda a população que não consegue manter as casas frescas no Verão:

	até 2030	até 2040	até 2050
População sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	10%	5%	<1%

	até 2030	até 2040	até 2050
População a viver em habitações com problemas de infiltrações, humidade ou elementos apodrecidos	700 mil	250 mil	0
População em agregados familiares cuja despesa com energia representa +10% do total de rendimentos	20%	10%	<5%
População a viver em habitações não confortavelmente frescas durante o Verão	20%	10%	<5%

Neste âmbito, também o Município de Braga tem vindo a desenvolver diversas iniciativas para combater a pobreza energética, especialmente, junto da população mais carenciada do concelho, sendo de destacar:

- **Apoio financeiro a famílias em situação de pobreza energética**, através do Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética, criado em 2022, enquanto mecanismo de apoio direto que poderá ser usado em intervenções com vista ao aumento do desempenho energético e do conforto térmico.
- **Apoio logístico a famílias comprovadamente carenciadas**, através de pequenas reparações e melhoramentos no âmbito do Projeto "BragaSol".
- **Reabilitação energética nos edifícios de habitação social**, privilegiando a eficiência energética com vista ao aumento do desempenho energético e do conforto térmico.
- **Apoio financeiro às famílias para a troca de lâmpadas tradicionais por lâmpadas LED**, através da comparticipação financeira em 50% do valor total das despesas com a compra de lâmpadas LED por parte dos munícipes.
- **Comunicação e promoção da literacia**, através de ações de formação e sensibilização junto da população de alguns bairros da cidade bairros Municipais.

No âmbito do Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética foi possível, em 2023, apoiar mais de uma centena de famílias economicamente vulneráveis e em situação de potencial pobreza energética, que residem em habitação própria ou possuem contratos de

arrendamento por tempo indeterminado, garantindo a melhoria do desempenho energético da sua habitação permanente e das suas condições de habitabilidade.

Face ao sucesso da 1ª edição e dado o carácter mais duradouro e permanente desta iniciativa, cumprindo-se a Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética 2022-2050, pretende-se dar seguimento a este programa, regulamentando-se as regras a que o mesmo está sujeito, mediante o seu sancionamento pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, melhorando alguns aspetos que decorrem da experiência da sua aplicação e contribuindo para uma redução da fatura energética e da pegada ecológica das famílias que residem no Município de Braga.

Em face do exposto, propomos que:

O Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal remeta a presente proposta ao Executivo Municipal, para que seja proposto à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal.

O Vereador com a área
da Habitação

O Vereador com a área
do Ambiente e Alterações
Climáticas

A Vereadora com a área
da Inovação e Coesão
Social

Município de Braga

Projeto de Regulamento do Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética

Nota Justificativa

O Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética foi criado em outubro de 2022 pelo Município de Braga em parceria com a BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. (doravante, BragaHabit) e com a Associação Empresarial de Braga (doravante, AEB), no âmbito da Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética.

Com a implementação deste Programa foi possível apoiar mais de uma centena de famílias economicamente vulneráveis e em situação de potencial pobreza energética, que residem em habitação própria ou possuem contratos de arrendamento por tempo indeterminado, garantindo a melhoria do desempenho energético da sua habitação permanente e das suas condições de habitabilidade.

A pobreza energética é um tema que tem suscitado um crescente foco de atenção nas políticas públicas europeias nos últimos anos, nomeadamente após a aprovação da Diretiva 2009/72/CE (Mercado Interno da Eletricidade) e da Diretiva 2009/73/CE (Mercado Interno do Gás Natural), que tornaram mais evidente a relevância deste tipo de pobreza e a necessidade de apoiar consumidores economicamente vulneráveis.

Face ao sucesso da 1ª edição e dado o caráter mais duradouro e permanente desta iniciativa, entende-se que será mais adequado regulamentar as regras a que o Programa está sujeito, mediante o seu sancionamento pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, melhorando alguns aspetos que decorrem da experiência da sua aplicação e contribuindo para uma redução da fatura energética e da pegada ecológica das famílias que residem no Município de Braga.

No que concerne à ponderação dos custos e benefícios da medida projetada nos termos do disposto no artigo 99.º do CPA, tratando-se de um instrumento de política pública do Município de Braga que visa garantir o apoio às famílias economicamente vulneráveis e melhorar o desempenho energético e ambiental das suas habitações, considera-se evidente que os

benefícios expectáveis resultantes da implementação da medida de incentivo ultrapassarão os custos associados à medida que se pretende implementar.

Em cumprimento do disposto no artigo 98.º do CPA, foi publicitado, no sítio do Município de Braga, na Internet, o início do procedimento administrativo relativo ao presente projeto de Regulamento, para constituição dos interessados que entendessem apresentar os seus contributos, não tendo existido a constituição de quaisquer interessados.

Neste contexto, e tendo em consideração que as disposições aqui em questão não afetam de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, contendo este regulamento um regime jurídico totalmente favorável aos particulares, considerou-se que inexistia necessidade do presente regulamento ser submetido a consulta pública, nos termos do artigo 101.º do CPA.

Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, e das competências previstas nas alíneas b), i) e k), do n.º 2, do artigo 23.º, na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, e na alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi o presente aprovado pela Câmara Municipal, sob proposta do seu Presidente, em reunião de ____/____/2023, e pela Assembleia Municipal, na sua sessão de ____/____/2023.

Artigo 1.º

Objeto

O Programa Municipal de Combate à Pobreza Energética, abreviadamente designado por Programa, visa combater a pobreza energética e reforçar a renovação dos edifícios, a nível local, possibilitando o aumento do desempenho energético e ambiental dos mesmos, do conforto térmico e das condições de habitabilidade, saúde e bem-estar das famílias, contribuindo para a redução da fatura energética e da pegada ecológica.

Artigo 2.º

Áreas de intervenção

1 - Para efeitos do presente Programa, consideram-se elegíveis as ações e as soluções técnicas potenciadoras de conforto e eficiência energética, nomeadamente:

- a) Substituição de janelas não eficientes por janelas eficientes, de classe energética mínima igual a “A”;
- b) Aplicação ou substituição de isolamento térmico na envolvente do edifício de habitação, bem como a substituição de portas de entrada;
- c) Isolamento térmico em coberturas ou pavimentos exteriores e interiores;
- d) Isolamento térmico em paredes exteriores ou interiores;
- e) Portas de entrada exteriores e de patim (portas de fração autónoma a intervencionar);
- f) Instalação de sistemas de aquecimento e/ou arrefecimento ambiente e de águas quentes sanitárias (AQS), de classe energética “A” ou superior;
- g) Bombas de calor;
- h) Sistemas solares térmicos;
- i) Caldeiras e recuperadores a biomassa com elevada eficiência.
- j) Instalação de painéis fotovoltaicos e outros equipamentos de produção de energia renovável para autoconsumo.

2 - Os equipamentos e as soluções apoiadas pelo presente Programa, bem como a sua instalação, devem cumprir com a legislação e regulamentação em vigor nas respetivas áreas.

3 - Os apoios previstos em cada edição do Programa não são cumulativos com os apoios atribuídos na edição anterior.

Artigo 3.º

Vigência, etapas e desenvolvimento

O Programa Municipal de Combate à Pobreza será constituído pelas seguintes etapas ou fases de desenvolvimento:

a) Preparação, que engloba:

- i. definição do orçamento do Programa;
- ii. constituição da Comissão de Acompanhamento de Execução das ações potenciadoras de conforto e eficiência energética, cujos membros serão nomeados pelo Presidente da Câmara Municipal;
- iii. abertura do período de apresentação de candidaturas.

b) Apresentação de candidaturas, que engloba:

- i. Manifestação de interesse por parte dos candidatos, que inclui:
 - Preenchimento de formulário com documentos instrutórios;
- ii. Visita técnica, que inclui:
 - Visita ao local;
 - Análise da pretensão do candidato;
 - Apresentação de propostas por parte da Comissão de Acompanhamento.
- iii. Submissão da candidatura, que inclui:
 - preenchimento de formulário com documentos instrutórios;
 - escolha do fornecedor inscrito no Programa que irá executar o projeto.

c) Apreciação/Aprovação das Candidaturas, que engloba:

- i. Análise da candidatura pela Comissão de Acompanhamento;
- ii. Elaboração de relatório técnico pela Comissão de Acompanhamento;
- iii. Submissão para aprovação pelo/a Vereador/a com competências na área de responsabilidade da Inovação e Coesão Social;

d) Entrega do voucher, que engloba:

- i. Entrega do voucher ao candidato aprovado;

e) Arranque da Execução e Acompanhamento da adoção das ações potenciadoras de conforto e eficiência energética, que engloba:

- i. implementação das ações potenciadoras de conforto e eficiência energética;

f) Avaliação, que engloba:

- i. visita ao local, onde foram executadas as soluções implementadas;

- ii. produção de relatório final pelo fornecedor de acordo com modelo disponibilizado previamente.

Artigo 4.º

Dos candidatos

- 1- Podem candidatar-se ao Programa, pessoas singulares que reúnam cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) Residir em habitação própria no Município de Braga;
 - b) Residir em permanência na habitação inscrita para o Programa;
 - c) Não possuir o candidato individual, ou o agregado familiar, qualquer outro bem imóvel destinado a habitação, para além daquele que é objeto do Programa, na área do Município;
 - d) Beneficiar da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) à data de submissão da candidatura, e que tal seja evidenciado na fatura da eletricidade da habitação permanente.
- 2- São ainda elegíveis pessoas singulares que sejam arrendatárias com contrato por tempo indeterminado e reúnam, cumulativamente, os requisitos identificados nas alíneas b) a d) do número anterior.

Artigo 5.º

Da Comissão de Acompanhamento

1. Compete ao Presidente da Câmara Municipal designar os membros da Comissão de Acompanhamento de Execução das ações potenciadoras de conforto e eficiência energética, que será composta por três elementos: um em representação do Município de Braga, um em representação da BragaHabit e um em representação de entidade externa ao Município.
2. Serão competências da Comissão de Acompanhamento:
 - a) proceder à realização de uma visita técnica após a manifestação de interesse dos candidatos;
 - b) elaboração de relatório técnico com análise de viabilidade e propostas de intervenção;

- c) apreciação da candidatura mediante a elaboração de relatório técnico com determinação objetiva dos benefícios energéticos que serão atingidos com a realização dos trabalhos a executar.
3. Caso a Comissão verifique a existência de desconformidades nas ações potenciadoras de conforto e eficiência energética deverá determinar a sua correção ou propor ao Presidente da Câmara Municipal que suspenda a comparticipação concedida e/ou determine a sua devolução, atenta a gravidade das desconformidades.
4. A Comissão de Acompanhamento poderá, no exercício das suas funções, solicitar apoio técnico aos diversos serviços e equipas do Município ou da BragaHabit, assim como informações aos respetivos fornecedores, com vista ao adequado exercício das suas funções.

Artigo 6.º

Financiamento

1. A dotação financeira para cada edição do Programa será fixada por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de acordo com a respetiva previsão no Orçamento Municipal, sendo oportunamente publicitada.
2. Cada projeto aprovado será financiado a 100% e até ao montante máximo de 2 500 € (dois mil e quinhentos euros).
3. O montante solicitado por cada candidatura deverá ter em conta todos os encargos, tais como IVA, Taxas Municipais e outros aplicáveis.
4. A cada candidatura será atribuído um voucher, com a validade de 6 (seis) meses, desde a sua data de emissão, perdendo o seu valor na data de caducidade.
5. Mediante requerimento fundamentado do interessado, poderá ser concedida uma prorrogação do prazo previsto no número anterior, por uma única vez.
6. Caso o valor da intervenção seja superior ao valor da comparticipação, o candidato deverá assumir o diferencial junto do fornecedor com recurso ao autofinanciamento.
7. Cada candidato e cada habitação têm direito a um único voucher.
8. O candidato só poderá utilizar o voucher num único fornecedor aderente ao Programa, podendo ser utilizado na aquisição de mais do que uma tipologia através desse fornecedor.

Artigo 7.º

Despesas elegíveis

1. O limite máximo de despesas elegíveis por cada candidatura aprovada não pode exceder o financiamento aprovado pelo Programa.
2. Não são elegíveis despesas relacionadas com:
 - a) Custos reembolsados por outras fontes de financiamento;
 - b) Projetos, certificações, auditorias, estudos e atividades preparatórias, licenciamentos;
 - c) Despesas associadas a outras intervenções no edifício ou fração que não se encontrem relacionadas com as intervenções elegíveis.

Artigo 8.º

Apresentação de candidaturas

1. As candidaturas devem ser apresentadas exclusivamente através de formulário eletrónico criado para o efeito, disponível no sítio da internet da BragaHabit (www.bragahabit.pt) após abertura do respetivo período de submissão.
2. Não serão aceites candidaturas submetidas por outras vias.
3. O processo de candidatura online deverá integrar obrigatoriamente, sob pena de rejeição liminar, a seguinte documentação:
 - a) Manifestação de interesse por parte dos candidatos:
 - Formulário devidamente preenchido e identificação da área de intervenção;
 - Certidão emitida, há menos de um mês, onde conste a existência de bens imóveis em nome do requerente e dos demais elementos do agregado familiar ou cópia do contrato de arrendamento habitacional, caso se candidate na qualidade de arrendatário;
 - Fatura de eletricidade mais recente que comprove que usufruiu de desconto da Tarifa Social de Energia Elétrica;
 - b) Formalização da candidatura:
 - Formulário de candidatura devidamente preenchido;
 - Cópia do Cartão de Cidadão dos elementos do agregado familiar;
 - Código de Ponto de Entrega (CPE);

- Certidão de não dívida do candidato perante a Autoridade Tributária e Aduaneira, válida, ou, preferencialmente, autorização para consulta da situação tributária, devidamente assinalada no formulário de preenchimento da candidatura;
 - Certidão de não dívida do candidato perante a segurança social, válida, ou, preferencialmente, autorização para consulta da situação contributiva, devidamente assinalada no formulário de preenchimento da candidatura;
 - Orçamento ou orçamentos com descrição dos trabalhos a efetuar e identificação do respetivo fornecedor;
 - Declaração de compromisso do candidato indicando que não beneficiou de qualquer outro apoio público da mesma natureza;
4. Após a realização da visita técnica prevista na alínea b) do Artigo 3.º, a BragaHabit endereça uma proposta de solução a implementar na habitação em causa;
 5. Após a receção das propostas, os interessados dispõem de um prazo de 10 (dez) dias úteis para formalizar a sua candidatura no Balcão Digital da BragaHabit;
 6. A análise de elegibilidade dos candidatos é avaliada de acordo com a ordem de submissão das candidaturas, procedendo-se à validação da informação registada pelo candidato em cada candidatura.
 7. O candidato será notificado do resultado da avaliação de elegibilidade, designadamente se é “elegível” ou “não elegível”, através de uma notificação enviada pela BragaHabit para o endereço de correio eletrónico que o candidato utilizou para o registo no Balcão Digital.
 8. Caso seja necessário solicitar ao candidato informação adicional, é enviada uma notificação automática pela BragaHabit para o endereço de correio eletrónico que o candidato utilizou para o registo no Balcão Digital, com a indicação da documentação necessária.
 9. O prazo para apresentação da documentação solicitada é de 5 (cinco) dias úteis. Em caso de não apresentação da documentação dentro do referido prazo, a candidatura será excluída, sendo o candidato notificado dessa decisão através de uma notificação pela BragaHabit para o endereço de correio eletrónico que o candidato utilizou para o registo no Balcão Digital.

Artigo 9.º

Aprovação das Candidaturas

As candidaturas são aprovadas de acordo com a ordem de submissão das candidaturas até ao limite do montante afetado pelo Município de Braga a este Programa.

Artigo 10.º

Processamento de decisão

1 - A candidatura só poderá ser aprovada se:

- a) O pedido se encontrar devidamente instruído com os elementos referidos no Artigo 8.º;
- b) Os orçamentos apresentados forem compatíveis com as intervenções a levar a efeito;
- c) O relatório técnico, elaborado pela Comissão de Acompanhamento, for favorável à intervenção proposta.

2 - Após conclusão do processo de análise de elegibilidade e em caso de aprovação, será solicitado ao candidato que aceite o Termo de Aceitação da candidatura no Balcão Digital da BragaHabit, após o qual será enviado o voucher para o candidato através de notificação enviada pela BragaHabit para o endereço de correio eletrónico que o candidato utilizou para o registo no Balcão Digital.

3 - O voucher é único e intransmissível, apenas podendo ser utilizado pelo seu titular, não podendo ser convertido em qualquer tipo de outras prestações ou pagamentos, em dinheiro ou espécie.

Artigo 11.º

Rede de fornecedores

1 - A utilização do voucher apenas poderá ser efetuada em fornecedores aderentes ao Programa.

2 - A Associação Empresarial de Braga (AEB) será a entidade responsável por coordenar, organizar, gerir, disponibilizar e divulgar a lista com os fornecedores do Município de Braga aderentes ao Programa.

3 - Os fornecedores que desejem aderir ao Programa deverão disponibilizar, entre outra, a seguinte informação:

- a) Designação da empresa;

- b) Morada da sede;
 - c) E-mail;
 - d) Número de telefone;
 - e) Certidão de não dívida perante a Autoridade Tributária e Aduaneira, válida, ou, preferencialmente, autorização para consulta da situação tributária, devidamente assinalada no formulário de preenchimento da candidatura;
 - f) Certidão de não dívida perante a segurança social, válida, ou, preferencialmente, autorização para consulta da situação contributiva, devidamente assinalada no formulário de preenchimento da candidatura;
 - g) Comprovativo do IBAN;
 - h) Código(s) de atividade económica, por forma a aferir que a sua atividade se desenvolve nas áreas relacionadas com as medidas elegíveis no presente Programa;
 - i) Indicação das tipologias de intervenção que estão habilitados a fornecer e/ou instalar e respetivos documentos comprovativos;
 - j) Indicação de que possuem peritos qualificados para cada área de intervenção.
- 4 - Os fornecedores que pretendam aderir ao Programa devem apresentar a informação obrigatória e assegurar que a informação e documentos disponibilizados se encontram em condições de serem analisados, sob pena de a sua inscrição não ser aceite.
- 5 - Os fornecedores são notificados do resultado da aceitação da sua inscrição, através de uma notificação enviada pela AEB para o endereço de correio eletrónico que registaram na sua candidatura.
- 6 - Após conclusão do processo de análise de inscrição e em caso de aprovação, será solicitado ao fornecedor que aceite o Termo de Aceitação, após o qual será integrado na lista de fornecedores do Programa.
- 7 - A lista com os fornecedores aderentes ao Programa é enviada aos interessados aquando do envio da solução proposta endereçada após a realização da visita técnica por parte da BragaHabit.
- 8 - Os fornecedores integrados na lista de fornecedores do Programa devem apoiar os candidatos na análise técnico-económica das possíveis medidas a implementar, para que estes possam efetuar uma escolha devidamente informada.
- 9 - Os orçamentos apresentados aos candidatos devem indicar e detalhar todos os trabalhos e materiais necessários para a implementação das medidas abrangidas pelo presente Programa, bem como apresentar os dados técnicos dos produtos e/ou equipamentos a instalar.

10 - Os equipamentos e as soluções apresentadas, bem como a sua instalação, devem cumprir com a legislação e regulamentação, nacional e comunitária, em vigor nas respetivas áreas. Em particular, deve ser garantido que as intervenções não conduzem a impactos significativos no ambiente, designadamente no que respeita a emissões para atmosfera, ao ruído, e garantindo o correto encaminhamento dos resíduos produzidos, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 12.º

Prazo de execução e monitorização

A execução física e financeira dos projetos apoiados pelo Programa deverá coincidir com o prazo de validade do voucher atribuído nos termos do Artigo 6.º, sendo da responsabilidade do fornecedor o envio do relatório final da intervenção para o Município de Braga.

Artigo 13.º

Prazos dos Programa

1. O Programa decorre até ao final do ano de 2024 ou até que se esgote a verba definida, consoante o que ocorra primeiro.
2. O Programa poderá ter outras Edições, sempre que se justifique e haja verba disponível para o efeito.
3. A abertura de novas Edições será devidamente publicitada por Aviso a disponibilizar no site do Município.

Artigo 14.º

Erros e Omissões

As dúvidas e omissões decorrentes da aplicação das disposições do presente Programa serão esclarecidas e decididas pelo Presidente da Câmara Municipal ou pelo Vereador com competências delegadas, sob proposta da Comissão de Acompanhamento.

Artigo 15.º

Dados Pessoais

1 - O tratamento de dados pessoais realizados ao abrigo deste regulamento é definido pela legislação relativa à proteção de dados pessoais, designadamente o Regulamento (UE) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

2 - A BragaHabit é a entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais recolhidos para efeitos do presente Regulamento, garantindo a sua confidencialidade e o sigilo em conformidade com a legislação em vigor.

3 - A recolha dos dados pessoais dos candidatos tem por finalidade a candidatura ao presente Programa e não serão comunicados ou transmitidos a qualquer outra entidade.

4 - Nos termos previstos no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, o titular pode exercer os seus direitos de acesso, retificação, oposição, limitação de tratamento, portabilidade ou apagamento, bem como retirar o consentimento, através de pedido de exercício desses seus direitos, a submeter no Balcão Digital da BragaHabit.

5 - Os dados pessoais facultados no âmbito deste regulamento serão alvo de tratamento e conservação, por parte dos serviços da BragaHabit, até 12 (doze) meses após a conclusão do processo associado ao mesmo, sem prejuízo da sua conservação para além desse período para cumprimento de obrigações municipais e/ou legais.

Artigo 16.º

Entrada em Vigor

O presente regulamento entrará em vigor no primeiro dia útil do mês seguinte ao da sua publicação.